



Compromisso sobre a Posse Florestal de Povos Indígenas e Comunidades Locais

**RELATÓRIO ANUAL
2024-2025**

Grupo de Financiadores
pela Posse Florestal

Agradecimentos

O Forest Tenure Funders Group [Grupo de Financiadores pela Posse Florestal] (FTFG, sigla em inglês) agradece à Fundação Ford por liderar a produção do relatório anual e aos seus membros por fornecerem dados e estudos de caso. O relatório anual foi elaborado por Claire Taylor (Fundação Ford) com o apoio da Indufor North America.

Editora: Megan Quitkin

Designer: Linda Marsala

Foto de capa: Kynan Tegar / If Not Us Then Who

Fotos do relatório: Joel Redman, Jaye Renold, Tim Lewis, Kynan Tegar, Eli Virkina / [If Not Us Then Who?](#)

Tradução do relatório: [TINTA - The Invisible Thread](#)

Citação sugerida

Grupo de Financiadores pela Posse Florestal (FTFG) (2025). Compromisso sobre a Posse Florestal de Povos Indígenas e Comunidades Locais: Relatório Anual 2024–2025. tenurepledge.org/ftfg-annual-report-2024.pdf

Índice

Declaração de abertura	4
Sumário executivo	7
SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO	11
Quatro anos desde o Compromisso COP26	12
Quadro 1: Sobre o Grupo de Financiadores pela Posse Florestal (FTFG)	13
Transparência, responsabilização e a importância da colaboração	13
Quadro 2: Signatários do Compromisso COP26 e membros do Grupo de Financiadores pela Posse Florestal	14
Lições aprendidas	15
Contexto global sobre a posse florestal e direitos indígenas	16
Perspectivas futuras	18
SEÇÃO 2: EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DO COMPROMISSO COP26	19
Metodologia	20
Quadro 3: Acordos, desembolso e implementação do Compromisso COP26	20
Visão geral da evolução	21
Figura 1: Evolução anual rumo à meta de US\$ 1,7 bilhão	21
Tabela 1: Financiamento do Compromisso COP26, de 2021 a 2024	22
Geografia do financiamento	24
Figura 2: Distribuição geográfica do financiamento: de 2021 a 2024	24
Financiamento por tema	26
Figura 3: Área temática primária, de 2022 a 2024	27
Financiamento por parceiro de realização e apoio direto	29
Figura 4: Principais parceiros de realização, de 2021 a 2024	29
Tabela 2: Apoio direto, de 2021 a 2024	30
Financiamento para mulheres e juventude de povos indígenas e comunidades locais	34
Conclusão	37
SEÇÃO 3: ESTUDOS DE CASO	38
Abordagens inovadoras de financiamento: A expansão do financiamento direto e adequado à finalidade	39
Reforma da posse florestal: Alinhamento do apoio direto às políticas e parcerias	42
Apoio à pauta de justiça climática dos povos afrodescendentes	43
Promoção dos direitos territoriais das mulheres	45
Concessões de florestas comunitárias: um modelo de gestão florestal e direitos comunitários na República Democrática do Congo	46
APÊNDICE 1: METODOLOGIA	47
Quadro 4: Principais definições	49

Declaração de abertura



Palavras de abertura da CEO Carla Fredericks em nome de The Christensen Fund, 2025 Copresidente do Grupo de Financiadores pela Posse Florestal

À medida que nos aproximamos do fim do Compromisso COP26 sobre a Posse Florestal de Povos Indígenas e Comunidades Locais, escrevo com orgulho de nossas conquistas coletivas e um profundo senso de responsabilidade pelo caminho que temos pela frente. Atuar como copresidente do Grupo de Financiadores pela Posse Florestal em 2025, ao lado de nossos parceiros do governo alemão, tem sido uma honra e uma poderosa constatação de que mudanças significativas exigem não somente compromissos financeiros, mas também mudanças fundamentais na forma como nos relacionamos com os povos indígenas e as comunidades locais.

Os dados deste relatório demonstram o impacto tangível de nosso engajamento coletivo. Em 2024, os signatários do Compromisso COP26 forneceram **quase US\$ 527 milhões em financiamento alinhado**. Nos primeiros quatro anos — de 2021 a 2024 —, fornecemos **US\$ 1,86 bilhão em financiamento, superando nosso compromisso de US\$ 1,7 bilhão**. Embora o compromisso termine no final de 2025, haverá mais um ano de relatórios. Continuo otimista de que nossos compromissos financeiros coletivos estão gerando um impacto significativo para as comunidades e para o planeta.

Progresso e desafios persistentes

Este relatório documenta conquistas significativas. Em um período de quatro anos, houve um reconhecimento sem precedentes dos territórios indígenas. Houve a criação de importantes estruturas jurídicas para promover os direitos de posse. E houve um reconhecimento crescente de que os povos indígenas e as comunidades locais desempenham um papel vital na proteção dos ecossistemas e da biodiversidade essenciais para a longevidade do planeta. O financiamento empenhado por meio do Compromisso COP26 apoiou esses avanços e demonstrou que o investimento direcionado à segurança da posse produz resultados mensuráveis.

Ainda assim, precisamos evoluir. Muitos de nossos parceiros indígenas enfatizaram sua preferência por relações de financiamento mais diretas e expressaram frustração com as estruturas intermediárias, que podem retardar a tomada de decisões e diluir as prioridades da comunidade. Reconhecemos que, embora os mecanismos tradicionais de financiamento possam estar enraizados em boas intenções, eles podem criar barreiras que impedem que os recursos cheguem aos guardiões dos ecossistemas essenciais do mundo.

Também devemos reconhecer que a proteção das florestas está se tornando cada vez mais perigosa. As pessoas defensoras do meio ambiente — muitas vezes líderes indígenas e membros da comunidade — estão sujeitas a ameaças, violência e assédio. A segurança da posse da terra é um passo importante — e que proporciona proteções legais importantes — mas as pessoas defensoras nunca estarão realmente seguras até que enfrentemos os desafios estruturais e os desequilíbrios de poder que os colocam em risco.

O caminho a seguir

Os membros do Compromisso COP26 continuam empenhados em apoiar os povos indígenas, os povos afrodescendentes e as comunidades locais que protegem as florestas das quais depende o nosso futuro coletivo. Acreditamos que a próxima fase do apoio internacional deve incluir compromissos financeiros mais ousados e ambiciosos e uma abordagem mais transformadora das parcerias.

A crise climática exige urgência, mas também exige que corrijamos nossas relações. Os povos indígenas protegem as florestas há milênios — muito antes dos compromissos internacionais ou dos mecanismos de financiamento. Eles têm profundas conexões culturais, espirituais e práticas com seus territórios. Como financiadores, nosso papel é apoiar e ampliar esse trabalho — não dirigi-lo ou controlá-lo.

Como copresidente do Grupo de Financiadores pela Posse Florestal, o Christensen Fund agradece à Fundação Ford por seu apoio e parceria inabaláveis, inclusive suas contribuições vitais para a redação deste relatório de 2024 e 2025. Também somos profundamente gratos à coalizão diversificada de organizações públicas e filantrópicas no Grupo de Financiadores pela Posse Florestal. Acima de tudo, expressamos nossa gratidão aos povos indígenas e líderes comunitários florestais, cuja defesa moldou nosso aprendizado.

Ao olharmos para a COP30 e além, estou otimista quanto ao potencial para uma colaboração ainda mais significativa. Os ecossistemas mundiais mais biodiversos e críticos para o clima, e todos nós que dependemos deles, merecemos nada menos do que nossos esforços mais cuidadosos, respeitosos e transformadores.

Carla Fredericks

CEO, The Christensen Fund

Sumário executivo

Na COP26, em 2021, doadores bilaterais e filantrópicos se comprometeram a US\$ 1,7 bilhão ao longo de cinco anos (2021–2025) para apoiar os esforços dos povos indígenas e das comunidades locais em promover seus direitos territoriais e de proteção e gestão das florestas. Este relatório apresenta o progresso ao longo do quarto ano do Compromisso. Mais especificamente, ele fornece uma atualização sobre o financiamento concedido até o momento, destaca as abordagens e inovações apoiadas pelo Compromisso e resume as lições que estão moldando a próxima fase da colaboração. O relatório final será divulgado em 2026.

Avanços até a presente data

Até o final de 2024, os doadores do Compromisso haviam fornecido **US\$ 1,86 bilhão em financiamentos alinhados ao Compromisso**, excedendo a meta original de US\$ 1,7 bilhão e restando um ano para a prestação de contas. Em 2024, os doadores relataram o valor coletivo de US\$ 527 milhões em financiamentos para alcançar seu empenho conjunto.

Os recursos estão sendo distribuídos de forma significativa. Os destaques entre os financiamentos em 2024 incluem:

- › 31% dos financiamentos apoiados pelo Compromisso foram destinados a trabalhos globais, enquanto 69% se destinaram a projetos com foco regional. Para projetos regionais, a América Latina recebeu a maior parte dos recursos (58%), seguida pela África (23%) e Ásia (19%). O valor destinado à Ásia quase dobrou em relação a 2023, embora o valor médio das doações tenha permanecido menor do que o da América Latina.

- A maior parte do financiamento continuou sendo dedicada a apoiar a gestão territorial e o fortalecimento da segurança da posse da terra (31%), e o manejo florestal sustentável e estratégias de subsistência baseadas na floresta (37%). Juntas, essas duas categorias representaram mais de dois terços de todo o financiamento alinhado ao Compromisso, consistente com os anos anteriores.
- O financiamento direto a povos indígenas e organizações de comunidades locais atingiu 7,6% em 2024 — mais de US\$ 39 milhões no total — em comparação com somente 2,9% em 2021. Houve um ligeiro declínio percentual em relação a 2023, o que pode ser parcialmente atribuído a um aumento no volume de relatórios bilaterais. O financiamento filantrópico direto aumentou para 32% em 2024 (de 27% em 2023 e 3,8% em 2021).
- Um apoio mais amplo dos doadores e práticas de relatórios mais detalhadas aumentaram o número de organizações indígenas e comunitárias locais que declararam ter recebido recursos, de 22 em 2021 para 112 em 2024.
- Os projetos com foco em gênero foram mais bem priorizados e integrados ao trabalho dos membros da FTFG do que nos anos anteriores; 14% dos projetos financiados em 2024 tinham a igualdade de gênero como objetivo principal, e 52% a listaram como foco secundário.
- O financiamento voltado para os jovens permaneceu baixo, com menos de 1% dos projetos financiados em 2024 designando esse grupo como alvo principal, embora 28% incluíssem os jovens como foco secundário.
- O financiamento destinado aos jovens permaneceu baixo, com menos de 1% do financiamento para 2024 designando esse grupo como alvo principal, embora 28% do financiamento incluísse os jovens como foco secundário.



Foto de Joel Redman / If Not Us Then Who



Foto de Kynan Tegar / If Not Us Then Who

Principais conclusões

Os resultados de 2024 confirmam que o Compromisso superou sua meta financeira, mas as conclusões também revelam mudanças importantes e lacunas persistentes. Geograficamente, a América Latina continuou a receber a maior parte dos financiamentos alinhados ao Compromisso, seguida pela África, enquanto a Ásia quase dobrou sua participação em relação a 2023. Essa é uma mudança importante. Historicamente, os padrões de financiamento não refletem o fato de que a Ásia abriga a maior população indígena do mundo. Ao mesmo tempo, a concentração de recursos na Amazônia, na Bacia do Congo e em Bornéu-Mekong reflete o foco dos doadores em florestas tropicais globalmente significativas, mas deixa ecossistemas críticos como a Mesoamérica com uma parcela menor do financiamento, apesar das pressões crescentes sobre a região.

As alocações temáticas de financiamento mostram que a maior parte dos recursos continua sendo destinada a apoiar a gestão territorial, o fortalecimento da segurança da posse da terra e meios sustentáveis de subsistência baseados na floresta. Essas abordagens práticas, lideradas pela comunidade, são complementadas por iniciativas que promovem a reforma da política de posse da terra, o reconhecimento formal dos direitos e a incidência política internacional, que representam uma parcela menor, mas muitas vezes estão incorporadas em programas territoriais e de meios de subsistência mais amplos. Essa dupla abordagem ressalta a importância de combinar reformas facilitadoras em nível nacional e internacional com a implementação local.

As vias de financiamento também revelam progressos e limitações. O financiamento direto a organizações indígenas e de comunidades locais aumentou desde a linha-base de 2021, constituindo 7,6% do financiamento de 2024 — uma ligeira diminuição em relação a 2023 — com doadores filantrópicos impulsionando grande parte desse crescimento. Em contrapartida, doadores bilaterais continuam a canalizar a maior parte dos fundos por meio de governos e organismos multilaterais. É encorajador que os fundos e redes indígenas e de comunidades locais estejam desempenhando um papel mais importante na facilitação do financiamento direto, e o número de organizações apoiadas tenha aumentado significativamente.

Embora a questão de gênero esteja cada vez mais integrada nos portfólios dos doadores — com mais da metade dos projetos incluindo objetivos de gênero — relativamente poucas iniciativas são concebidas tendo a liderança das mulheres como foco central. Os jovens continuam ainda menos visíveis: menos de 1% dos projetos têm os jovens como principal público-alvo. Perde-se assim uma oportunidade de apoiar a próxima geração de guardiões da terra e das florestas, cuja liderança será fundamental para sustentar o conhecimento intergeracional e promover ações em prol do clima e da biodiversidade.

Lições emergentes

Quatro anos após o Compromisso, várias lições ficaram claras. As vias de financiamento direto estão se expandindo, com fundos indígenas e de comunidades locais demonstrando que é possível fornecer recursos de maneira flexível, oportuna e responsável. Ao mesmo tempo, reformas sistêmicas continuam sendo essenciais: mudanças ao nível nacional em países como a República Democrática do Congo, Brasil e Colômbia enfatizam que a ação comunitária deve ser acompanhada de leis e políticas facilitadoras.

Novas pesquisas continuam a confirmar que garantir direitos territoriais é uma questão de justiça e uma das estratégias mais eficazes para o clima e a biodiversidade. No entanto, a dura realidade é que pessoas defensoras da terra e do meio ambiente continuam enfrentando riscos desproporcionais, com muitos líderes indígenas e comunitários sendo vítimas de assédio, violência e morte em consequência de seu trabalho. O financiamento deve reconhecer essa realidade e se comprometer a promover o reconhecimento dos direitos e a fornecer apoio seguro e sustentável às pessoas defensoras que estão na linha de frente.

Por fim, o Compromisso destaca o valor da colaboração. Por meio do FTFG, os doadores compartilharam dados, alinharam abordagens e se envolveram com parceiros indígenas e de comunidades locais de maneiras significativas; tais medidas não teriam sido possíveis com os doadores operando isoladamente.

Olhando para o futuro

À medida que o Compromisso chega a seus últimos meses, os doadores estão examinando suas conquistas e deficiências e abordando as lacunas persistentes de financiamento. Estão em andamento discussões para lançar um compromisso renovado na COP30 em Belém, Brasil. Embora o projeto — e os empenhos financeiros relevantes — ainda estejam em desenvolvimento, há um amplo consenso de que a próxima fase do Compromisso deve enfatizar a ambição financeira e resultados mensuráveis para os povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais, além de expandir o escopo para além das florestas para incluir outros ecossistemas críticos.

SEÇÃO 1

Introdução



Quatro anos desde o Compromisso COP26



Na COP26 em 2021, doadores bilaterais e filantrópicos anunciaram uma promessa de US\$ 1,7 bilhão¹ ao longo de cinco anos (2021 a 2025) para apoiar a posse e os direitos florestais dos povos indígenas e comunidades locais (PIs e CLs).² O Compromisso COP26 reconheceu a centralidade dos direitos fundiários e florestais dos povos indígenas e das comunidades locais no avanço das metas climáticas e de biodiversidade e no cumprimento de metas globais, como a 30x30. Ele está alinhado com compromissos mais amplos, incluindo o [Global Forest Finance Pledge](#) [Compromisso Global de Financiamento Florestal] (GFFP, sigla em inglês) e o [Congo Basin Pledge](#) [Compromisso da Bacia do Congo] (CBP, sigla em inglês), que também apoiam a conservação florestal e a mitigação das mudanças climáticas,³ bem como o Acordo de Paris e a Estrutura Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal.

Este relatório apresenta o progresso ao longo do quarto ano do Compromisso COP26. Ele fornece uma atualização sobre o financiamento concedido até o momento, destaca as abordagens e inovações apoiadas pelo Compromisso COP26 e destila as lições que estão moldando a próxima fase de colaboração. O relatório final do Compromisso COP26 será divulgado em 2026.

1 Todos os valores do relatório estão em dólares americanos (US\$), exceto quando indicado o contrário.

2 Usamos os termos “povos indígenas e comunidades locais” e “PIs e CLs” para nos referirmos aos povos indígenas que se identificam como tal, bem como a outras comunidades territoriais que se identificam como tal e que vivem e administram ecossistemas florestais. Como ambos são identificados no escopo do Compromisso FTFG, frequentemente nos referimos a esses grupos juntos em nossos relatórios. No entanto, reconhecemos que os povos indígenas têm histórias, desafios e conjuntos de direitos distintos de outras comunidades territoriais. Além disso, embora essa linguagem seja consistente com o texto do Compromisso, muitos doadores também apoiam comunidades afrodescendentes, quilombolas, ribeirinhos e outros povos tradicionais que vivem nas florestas e ao redor delas. O termo “comunidades locais” também pode incluir esses grupos.

3 O Compromisso sobre Posse Florestal, o GFFP e o CBP são compromissos interligados. Todos os três reconhecem os PIs e CLs como importantes guardiões da floresta. Quando o compromisso de financiamento dos doadores no âmbito do GFFP ou do CBP também contribui para os objetivos do Compromisso com os PIs e CLs, ele pode ser relatado em vários compromissos. Consulte o [Apêndice 1](#) para obter informações adicionais.

QUADRO 1**Sobre o Grupo de Financiadores pela Posse Florestal (FTFG)**

O Grupo de Financiadores pela Posse Florestal (FTFG, sigla em inglês) reúne os 25 doadores bilaterais e filantrópicos que fazem parte do Compromisso sobre PI e CL da COP26. Juntos, nos comprometemos a fornecer US\$ 1,7 bilhão até dezembro de 2025 para ajudar a promover os direitos de posse da terra de PIs e CLs, seu papel no manejo florestal sustentável e os esforços de conservação liderados por PIs e CLs em países com florestas tropicais elegíveis para a AOD. O Compromisso COP26 não é um fundo independente e não possui um mecanismo central de alocação. Cada doador opera de forma independente, financiando atividades de acordo com seus mandatos e prioridades individuais. O Compromisso COP26 inclui financiamento alocado e não alocado, o que significa que nem todo o financiamento prometido apoiará novas iniciativas. Todos os fundos contabilizados para o Compromisso COP26 foram gastos a partir do início de 2021.

Transparência, responsabilização e a importância da colaboração

O Grupo de Financiadores pela Posse Florestal (FTFG) tem sido a plataforma para a implementação do Compromisso COP26 desde 2021. Desde então, o FTFG publica um relatório anual para acompanhar o progresso, compartilhar dados financeiros e destacar conquistas e desafios. Os signatários desembolsam fundos de acordo com seus próprios mandatos e prioridades, mas o FTFG está comprometido com esse mecanismo coletivo de relatórios para permanecer transparente, assegurar a responsabilização e compartilhar informações com parceiros e detentores de direitos.

Além da transparência, o FTFG promove a colaboração e o aprendizado entre pares. O grupo serve como uma plataforma para 25 doadores bilaterais e filantrópicos trocarem conhecimentos, identificarem sobreposições e lacunas no financiamento e discutirem os desafios em evolução no apoio aos direitos dos povos indígenas, à conservação da biodiversidade e aos

esforços de combate às mudanças climáticas. Ele também oferece um espaço para o diálogo com organizações indígenas e comunitárias e plataformas aliadas, como a Forests and Climate Leaders Partnership [Parceria de Líderes Florestais e Climáticos] e a Rede Path to Scale. Ao criar um fórum compartilhado para aprendizagem e responsabilização, o FTFG ajuda a consolidar a importância do financiamento da posse da terra nas instituições doadoras e mantém a atenção global sobre os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais.



Foto de Jaye Renold / If Not Us Then Who

QUADRO 2



Signatários do Fundo e membros do Grupo de Fomento ao Manejo Florestal

República Federal da Alemanha

Reino da Noruega

Reino dos Países Baixos

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Estados Unidos da América⁴

Children's Investment Fund Foundation (CIFF)

Fundo Christensen

Fundação David e Lucile Packard

Fundação Ford

Fundação Good Energies

Fundação Oak

Filantropias Sobrato

Fundo Filantrópico Wellspring

Fundación William y Flora Hewlett

Protecting Our Planet Challenge⁵

Arcadia

Bezos Earth Fund

Filantropias Bloomberg

Fundação Bobolink

Fundação Gordon e Betty Moore

International Conservation Fund of Canada (ICFC)

Nia Tero

Rainforest Trust

Re:wild

Fundação Rob Walton

Fundação Wyss

4 Os Estados Unidos assinaram o Compromisso COP26, mas deixaram de participar quando a USAID foi encerrada em 2025. Os Estados Unidos assinaram o Compromisso COP26, mas deixaram de participar quando a USAID foi encerrada em 2025.

5 Os membros do Protecting our Plante Challenge [Desafio Protegendo Nosso Planeta] (POP, sigla em inglês) assinaram o Compromisso COP26 como um grupo.

Lições aprendidas

Após quatro anos de implementação, as seguintes lições se destacaram:

- › **As vias de financiamento direto estão se expandindo:** fundos territoriais e comuns demonstram como os recursos podem ser canalizados de forma a fortalecer as prioridades da comunidade e os sistemas de governança.
- › **As reformas políticas permitem a ampliação:** os avanços no reconhecimento da posse da terra na Colômbia e na República Democrática do Congo — juntamente com o lançamento da Land Facility do Reino Unido em 2024 — mostram que as reformas em nível nacional são essenciais para sustentar e expandir os direitos da comunidade.
- › **Os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais são fundamentais:** o Compromisso COP26 destaca a necessidade de garantir que Pls e CLs tenham direitos seguros sobre suas terras e florestas, ao mesmo tempo em que reconhece o papel importante que desempenham na preservação das florestas e da biodiversidade. Ele também se esforça para elevar a liderança de mulheres, jovens e outros grupos historicamente excluídos.
- › **A colaboração é fundamental:** o financiamento conjunto, o compartilhamento de dados e as comunicações do Compromisso COP26 criaram um impulso que vai além das ações individuais dos doadores.



Foto de Joel Redman / If Not Us Then Who

Contexto global sobre a posse florestal e direitos indígenas

O Compromisso COP26 faz parte de uma mudança global mais ampla para reconhecer os direitos de posse de PIs e CLs. Nos últimos anos, vários países promoveram importantes reformas legais e políticas. Na República Democrática do Congo, uma lei histórica de planejamento do uso da terra, de julho de 2025, fortalece a governança inclusiva e centrada na comunidade. Na Colômbia, as Entidades Territoriais Indígenas (ITEs, sigla em inglês) reconhecem as comunidades indígenas como entidades formais e autônomas com autoridade administrativa, com processos em andamento para formalizar a governança de quase 18 milhões de hectares — 40% da Amazônia colombiana.⁶ Após anos de atraso, o governo brasileiro retomou a demarcação de terras indígenas; desde 2023, mais de 800 mil hectares foram aprovados como território indígena oficialmente protegido.⁷ No Peru, 37 títulos de propriedade foram garantidos na Amazônia, de junho de 2023 a maio de 2024, garantindo os direitos dos povos indígenas em tempo recorde.⁸ A Indonésia ampliou os direitos no âmbito de sua estrutura de silvicultura social, fortalecendo o reconhecimento dos sistemas de governança consuetudinários. Embora esse seja um passo importante para promover os direitos de PIs e CLs, ainda há muito a ser feito; **PIs e CLs ainda carecem de direitos legais sobre grande parte das terras que ocupam e administram.**⁹

Paralelamente a esses avanços legais e políticos, as vias de financiamento também estão evoluindo. Fundos indígenas e comunitários e mecanismos de financiamento conjunto — incluindo o Fundo Podáli, o Fundo Nusantara, o Fundo Territorial Mesoamericano e o Fundo REPALAC — estão demonstrando como os recursos podem ser canalizados mais diretamente para os detentores de direitos, especialmente quando são apoiados por investimentos de doadores em financiamento flexível e de longo prazo. Embora esses mecanismos sinalizem um movimento em direção à governança financeira liderada pela comunidade, a demanda ainda excede em muito a oferta. Por exemplo, um estudo de base recente em toda a Ásia documentou que as organizações indígenas tinham mais de US\$ 43 milhões em necessidades de financiamento não atendidas,¹⁰ e um relatório sobre organizações de mulheres destacou orçamentos anuais baixos, apoio básico mínimo e dependência de subsídios de curto prazo e trabalho voluntário.¹¹

6 Rainforest Foundation Norway (2025). Historic result for Indigenous local governments in Colombia. <https://www.regnskog.no/en/news/historic-result-for-indigenous-local-governments-in-colombia>

7 The International Work Group for Indigenous Affairs (2025). *The Indigenous World 2025: Brazil*. <https://iwgia.org/en/brazil/5726-iw-2025-brazil.html>

8 Vasquez and Pineda (2024). Record number of Indigenous land titles granted in Peru via innovative process (commentary). *Mongabay*. <https://news.mongabay.com/2024/09/record-number-of-indigenous-land-titles-granted-in-peru-via-innovative-process-commentary/>

9 Rights and Resources Initiative (2023). *Who Owns the World's Land?* https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/Who-Owns-the-Worlds-Land_Final-EN.pdf

10 IPAS Fund (2025). *IPAS Fund Baseline Survey: Funding Realities of Indigenous Peoples in Asia*. <https://ipasfund.org/ipas-fund-baseline-survey-funding-realities-of-indigenous-peoples-in-asia/>

11 Rights and Resources Initiative and Women in Global South Alliance (2025). *Is Global Funding Reaching Indigenous, Afro-descendant, and Local Community Women? Experiences from the Women in Global South Alliance (WiGSA)*. <https://rightsandresources.org/publication/wigsa-funding-report-2025/>

Nos últimos anos, vários estudos importantes reforçaram a base de evidências para a gestão comunitária. Um estudo de 2023 descobriu que a posse segura na Amazônia brasileira levou à redução do desmatamento e a uma maior regeneração florestal.¹² Um artigo inovador publicado na revista *Nature* em 2025 revelou que as terras dos afrodescendentes na Amazônia — que cobrem 9,9 milhões de hectares no Brasil, Colômbia, Equador e Suriname — apresentam taxas de desmatamento até 55% mais baixas que locais de controle comparáveis nas proximidades; elas também protegem a biodiversidade globalmente significativa e garantem carbono irrecuperável.¹³ Embora esses sejam desenvolvimentos positivos, também há motivos para preocupação. A Global Witness e outros observadores continuam relatando que as pessoas defensoras da terra e do meio ambiente enfrentam riscos desproporcionais, com muitos líderes indígenas e comunitários sendo vítimas de assédio, violência e morte.¹⁴

Essas conclusões reforçam que os direitos garantidos aos povos indígenas, comunidades locais e comunidades afrodescendentes (PIs, CLs e ADs)¹⁵ são essenciais para a busca da justiça e fundamentais para alcançar o Acordo de Paris, os objetivos do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e a segurança e resiliência das pessoas defensoras na linha de frente do clima e da biodiversidade.

12 Baragwanath et al. (2023). Collective property rights lead to secondary forest growth in the Brazilian Amazon. *PNAS* 120(22). <https://doi.org/10.1073/pnas.2221346120>

13 Sangat et al. (2025). Afro-descendant lands in South America contribute to biodiversity conservation and climate change mitigation. *Communications Earth & Environment* 6(458). <https://doi.org/10.1038/s43247-025-02339-5>

14 Global Witness. (2024). *Missing Voices*. <https://globalwitness.org/en/campaigns/land-and-environmental-defenders/missing-voices/>

15 Os doadores utilizam termos variados, incluindo “pessoas de ascendência africana”, “povos afrodescendentes” e “afrodescendentes”. Utilizamos o termo “comunidades afrodescendentes” porque é consistente com a forma como muitos dos nossos membros e parceiros se referem ao seu trabalho ou se identificam. Ao mesmo tempo, reconhecemos que não existe consenso sobre este termo e que alguns doadores também acreditam que a expressão “comunidades locais” inclui os afrodescendentes.

Perspectivas futuras

À medida que o Compromisso COP26 entra em seus últimos meses, os doadores estão focados em destacar conquistas, abordar lacunas e discutir o lançamento de um compromisso renovado na COP30 no Brasil. O próximo compromisso ainda está sendo desenvolvido, mas há um amplo consenso de que é fundamental manter esse financiamento e estender o compromisso além de um único título financeiro. A ênfase é tripla: promover os direitos dos povos indígenas, das comunidades locais e das comunidades afrodescendentes; criar uma visão mais ampla da gestão dos ecossistemas que inclua as florestas juntamente com outros ecossistemas terrestres críticos; e evitar a dispersão excessiva dos recursos para alcançar impacto.

Este relatório serve como um exercício de prestação de contas e um momento de reflexão. Ele documenta o quanto avançamos em quatro anos e fornece uma base para considerar como as lições aprendidas podem fornecer informações para o próximo compromisso e gerar um impacto ainda maior.

SEÇÃO 2

Evolução do financiamento do Compromisso COP26



Este relatório abrange o progresso dos doadores — de janeiro a dezembro de 2024 — em relação ao compromisso total de US\$ 1,7 bilhão do Compromisso COP26. Os dados foram analisados em 2025. O período do Compromisso COP26 termina em dezembro de 2025, com o financiamento do último ano a ser divulgado em 2026.

Metodologia

Cada signatário forneceu uma lista de financiamentos alinhados ao Compromisso COP26 para o ano civil de 2024, compilada e codificada em um formato comum.¹⁶ Os dados foram então analisados em conjunto para produzir conclusões. Em linha com a prática anterior, o FTFG não publica informações sobre os compromissos, alocações ou beneficiários de subsídios de cada membro do Compromisso COP26. Alguns membros publicam informações separadas e mais detalhadas sobre o progresso de seus compromissos com o Compromisso.

Os doadores utilizam diferentes linguagens e termos para descrever seu apoio a esse trabalho. Para garantir a consistência, aplicamos um conjunto de definições-chave para orientar a coleta de dados de doadores. O [Apêndice 1](#) inclui definições em nosso modelo de relatório, como “percentual alinhado ao compromisso”, “apoio direto” e “percentual que alcança povos indígenas e comunidades locais de maneiras que eles possam influenciar e controlar”. Apesar das diferentes abordagens sobre financiamento direto, essas definições fornecem uma base comum para o relatório de dados e nos ajudam a analisar as informações agregadas.

Entendemos que muitos aspectos do financiamento não podem ser capturados somente por meio de informações quantitativas. A [Seção 3](#) contém estudos de caso que destacam exemplos de trabalhos promissores apoiados pelo Compromisso. Também abordamos a potencial sobreposição de fundos e explicamos como gerenciamos isso no [Apêndice 1](#).

QUADRO 3

Acordos, desembolso e implementação do Compromisso COP26

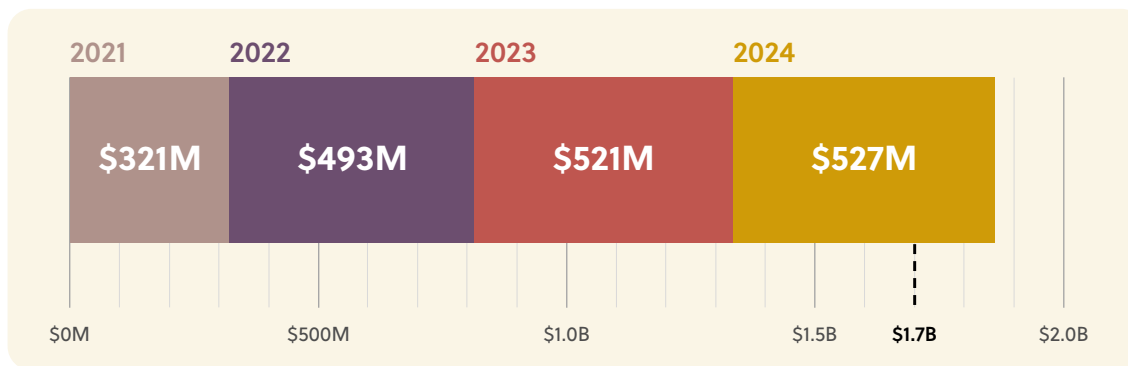
Conforme discutido em relatórios anuais anteriores, o anúncio da COP26 de US\$ 1,7 bilhão em financiamento para o período de 2021 a 2025 incluiu diferentes tipos de financiamento. Alguns fundos alinhados ao Compromisso COP26 apoiam iniciativas concebidas antes do anúncio da COP26, mas não desembolsadas até o início do período do Compromisso (ver [Quadro 1](#)). Além disso, devido às diferentes práticas de financiamento de organizações filantrópicas e doadores bilaterais, os números do relatório anual incluem desembolsos, alocações formais e compromissos. Embora todos os projetos relatados tenham sido formalmente comprometidos e estejam sendo implementados ativamente, alguns fundos são para projetos de longo prazo; neste caso, os parceiros continuarão a desembolsar os fundos relatados no Compromisso COP26 além do seu período de duração. Nem todos os fundos relatados foram integralmente repassados aos seus destinatários finais, particularmente no caso de apoio a fundos fiduciários multilaterais ou mecanismos de concessão de novas verbas.

¹⁶ Vários membros do FTFG não relataram seus dados de 2024, incluindo alguns membros do POP — que relata como um grupo — e da Sobrato Philanthropies. Além disso, devido à dissolução da USAID em 2025, não pudemos incluir os números de 2024 dessa agência, embora o financiamento relevante tenha sido alocado e desembolsado ao longo de 2024 e no início de 2025. As propostas também incluíram financiamento de 2021 a 2023, alinhado ao Compromisso COP26, que não havia sido relatado anteriormente, assim como alterações em doações anteriores.

Visão geral da evolução

Em 2024, doadores do Compromisso COP26 alocaram¹⁷ aproximadamente US\$ 527 milhões¹⁸ para apoiar os direitos de posse de terra e florestais de PIs e CLs. Isso eleva o financiamento total nos primeiros quatro anos do Compromisso COP26 para US\$ 1,86 bilhão. Os doadores do Compromisso cumpriram sua meta, restando somente um ano para a apresentação dos relatórios. Os projetos relatados no âmbito do Compromisso COP26 poderão continuar a desembolsar fundos após a conclusão do Compromisso.¹⁹ Além do valor principal, a composição do financiamento continua a evoluir a cada ano. Em 2024, doadores bilaterais forneceram 80% dos fundos, uma parcela crescente, enquanto o financiamento de doadores filantrópicos diminuiu em comparação aos anos anteriores.²⁰

Figura 1: Evolução anual rumo à meta de US\$ 1,7 bilhão



¹⁷ Os totais fornecidos incluem desembolsos, alocações e acordos formais. Para instituições filantrópicas, as doações plurianuais são consideradas desembolsadas após a assinatura do contrato de doação. Neste relatório, e em outras discussões do Compromisso, usamos "financiamento" e termos relacionados para nos referirmos tanto aos fundos alocados quanto aos desembolsados.

¹⁸ Alguns doadores bilaterais relatam fundos formalmente alocados e em implementação, mas ainda não totalmente desembolsados; US\$ 70,2 milhões do financiamento de 2024 do Compromisso COP26 foram relatados como fundos "comprometidos" ou "comissionados", enquanto o restante são desembolsos. O valor total de 2024 também inclui aproximadamente US\$ 63,3 milhões em fundos desembolsados ou comprometidos em anos anteriores do Compromisso COP26, que não foram contabilizados anteriormente. Esses fundos também estão incluídos nos valores desagregados abaixo.

¹⁹ Devido a acordos de subvenção plurianuais e financiamento bilateral para iniciativas de longo prazo, os pagamentos podem se estender além do período do Compromisso COP26. Desembolsos de valores contabilizados no Compromisso COP26 efetuados após 2025 não serão elegíveis para contabilização de valores futuros relacionados ao Compromisso COP26.

²⁰ Essa mudança se deve a vários fatores. Primeiro, a grande maioria dos fundos não contabilizados de anos anteriores (ver nota de rodapé 18) foram relatados por doadores bilaterais, inflando artificialmente seu total. Segundo, vários fatores detalhados na seção de discussão da evolução anual podem ter levado a uma redução no financiamento filantrópico.

Tabela 1: Financiamento do Compromisso COP26, de 2021 a 2024²¹

	2021	2022	2023	2024	Cumulativo
Total em financiamento por doadores bilaterais	\$178,913,205	\$331,540,695	\$369,897,669	\$423,316,735	\$1,303,668,304
Total em financiamento por doadores privados	\$142,341,542	\$161,465,741	\$150,954,869	\$103,457,971	\$558,220,123
Total anual	\$321,254,747	\$493,006,435	\$520,852,538	\$526,774,706	\$1,861,888,426
Porcentagem do valor total do financiamento	19%	29%	31%	31%	110%

Discussão: Evolução anual

Os totais de relatórios anuais alinhados ao Compromisso COP26 continuaram a aumentar até 2024, com o crescimento impulsionado principalmente por doadores bilaterais. O financiamento por doadores filantrópicos diminuiu em comparação com anos anteriores, em parte porque diversas organizações filantrópicas estruturaram seus compromissos com o Compromisso COP26 como iniciativas pontuais e antecipadas. Muitas dessas doações foram contabilizadas integralmente no primeiro e no segundo ano, o que cria uma redução gradual natural nos anos seguintes. Além disso, a maioria das doações filantrópicas é normalmente relatada integralmente quando concedida, mesmo que sejam desembolsadas ao longo de vários anos, o que gera variações entre os ciclos de relatórios.

Consistente com nossos relatórios anuais, a trajetória global de financiamento é clara: o financiamento para direitos de posse de terras e florestas de PIs e CLs aumentou desde o início do Compromisso COP26. Uma análise atualizada²² da Rights and Resources Initiative [Iniciativa Direitos e Recursos] e da Rainforest Foundation Norway constatou que o financiamento para direitos de posse territorial e florestal de PIs e CLs entre 2021 e 2024 aumentou 46% em relação ao quadriênio anterior, sendo a maior parte desse aumento atribuível aos membros do FTFG.²³ Isso ressalta o efeito catalisador de um compromisso coletivo de doadores.

21 Os valores podem não ser exatos devido a arredondamentos. Removemos US\$ 375.000 dos valores de 2021 e US\$ 951.504 dos valores de 2022 devido a uma possível duplicidade de relatórios da USAID, que não pôde ser verificada.

22 Esta pesquisa abrange todos os ecossistemas terrestres e tem um escopo mais amplo do que o Compromisso COP26. A análise anterior, divulgada em 2024, concentrou-se nos ecossistemas florestais e mostrou uma tendência semelhante.

23 Rights and Resources Initiative and Rainforest Foundation Norway (2025). *State of Funding for Tenure Rights and Land Guardianship: Donor Funding for Indigenous Peoples, Local Communities, e Afro-Descendant Peoples (2011–2024)*.

A mesma pesquisa também destaca uma realidade preocupante. Embora a proporção de ajuda ao desenvolvimento climático que apoia os direitos de posse territorial e florestal de PIs, CLs e ADs tenha aumentado moderadamente desde 2020, ela permanece inferior a 1% do total de fluxos. A parcela do financiamento filantrópico para o clima destinada a esse trabalho é maior — 4,8% — mas em menor escala. Os níveis de financiamento permanecem insuficientes para atingir as metas globais de clima e biodiversidade para 2030. Além disso, o fechamento da USAID e a queda no financiamento anual geral em relação ao pico de 2021 ampliaram essa lacuna.²⁴

Em conjunto, os dados demonstram que o Compromisso COP26 conseguiu aumentar os recursos para direitos de posse territorial e florestal, mas sustentar essa evolução exigirá uma ambição renovada. No contexto de declínio de ajuda externa, é fundamental que os compromissos futuros ganhem força, garantindo que o trabalho de longo prazo para garantir os direitos de posse receba recursos adequados e seja reconhecido como um pilar fundamental das estratégias de clima e biodiversidade.



Foto de Joel Redman / If Not Us Then Who

²⁴ A metodologia do relatório, que inclui apenas desembolsos e levantamentos de dados disponíveis publicamente, difere da deste relatório e, portanto, as conclusões podem não convergir totalmente.

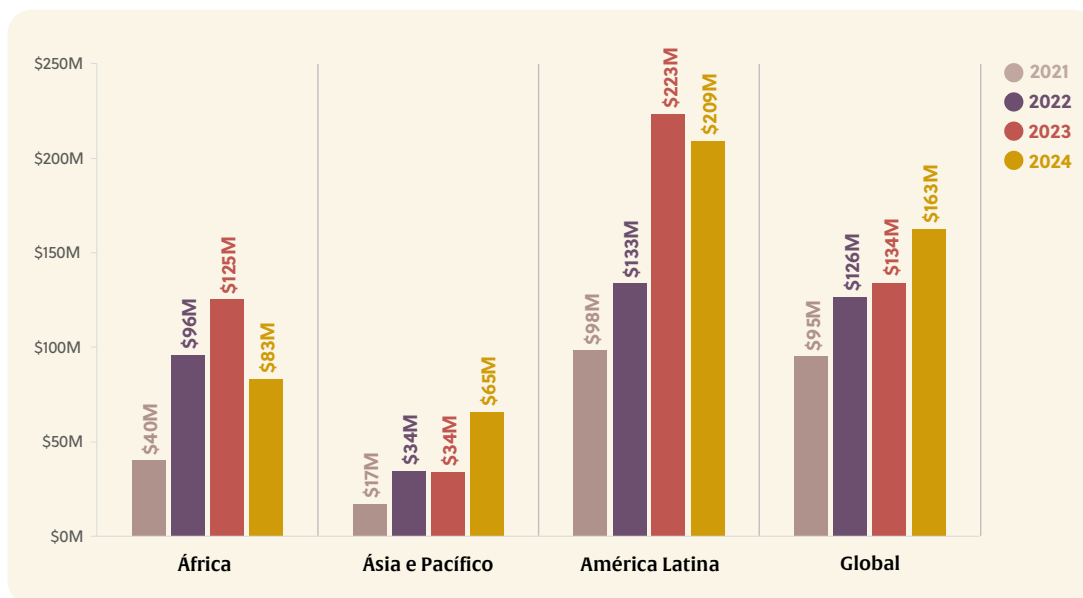
Financiamento por zona geográfica²⁵

Em 2024, 31% do financiamento do Compromisso COP26 apoiou o trabalho global, enquanto o restante apoiou projetos regionais, nacionais ou locais.²⁶ Da parcela não global, a América Latina recebeu a maior parte (58%), seguida pela África (23%) e pela região Ásia-Pacífico (18%).²⁷ Em comparação com 2023, isso representa que o volume de fundos quase dobrou para a Ásia-Pacífico.

Ao analisar o número exato de doações em vez do seu valor total, a Ásia-Pacífico foi responsável por 26% das doações não globais e a América Latina por 51%. Isso sugere que a Ásia-Pacífico está recebendo um número maior de doações menores, enquanto a América Latina continua a receber menos doações, porém maiores.

O financiamento do Compromisso COP26 continua concentrado nas três principais bacias florestais tropicais. Na América Latina, 88% dos fundos foram destinados aos países da Bacia Amazônica. Na região Ásia-Pacífico, 80% do financiamento foi destinado à Bacia de Bornéu-Mekong-Sudeste Asiático.²⁸ Na África, 34% dos fundos apoiaram os países da Bacia do Congo e outros 32% apoiaram a África Oriental.

Figura 2: Distribuição geográfica do financiamento, de 2021 a 2024²⁹



²⁵ Todos os valores desagregados nesta e nas subseções seguintes são calculados usando um formato padronizado para codificar subsídios e outros financiamentos dos signatários do Compromisso COP26. Alguns financiadores não codificaram seus subsídios; obtivemos a codificação para US\$ 519,9 milhões em financiamento de 2024 e baseamos os valores percentuais nesse total.

²⁶ Os doadores categorizaram os projetos alinhados ao Compromisso COP26 por região geográfica; sempre que possível, listaram países específicos e suas respectivas porcentagens. Quando os dados disponíveis permitiram, o financiamento de projetos multinacionais ou multirregionais foi alocado em categorias regionais, segundo a distribuição percentual dos recursos. Na ausência de porcentagens, os projetos multirregionais foram incluídos na categoria "global".

²⁷ As porcentagens regionais foram calculadas usando a soma total do financiamento não global. As porcentagens não totalizam 100 devido a arredondamentos.

²⁸ Inclui países do Sudeste Asiático; exclui o Sul da Ásia, a Oceania e o financiamento que apoia a Ásia em geral.

²⁹ Os valores de cada ano são baseados nas doações para as quais recebemos codificação. Portanto, o financiamento total mostrado nos valores desta seção não somará o financiamento total relatado para aquele ano.

Discussão: Geografia

Os dados de 2024 mostram um impulso encorajador para a região da Ásia-Pacífico, onde o financiamento quase dobrou desde 2023. Esse aumento foi impulsionado tanto por um crescente número de doações para a Ásia-Pacífico — muitas eram pequenas — quanto por vários projetos regionais maiores. Este é um passo importante, visto que a região abriga dois terços dos povos indígenas do mundo, mas continua a receber níveis de financiamento desproporcionalmente baixos. O *Indigenous Peoples of Asia Solidarity Fund* [Fundo de Solidariedade dos Povos Indígenas da Ásia] (IPAS, sigla em inglês) conduziu uma pesquisa de base, que ressalta este ponto: somente 2% das 433 organizações pesquisadas relataram ter financiamento suficiente, e a maioria identificou grandes lacunas. Além disso, o financiamento para a África diminuiu em 2024. Embora parte dessa redução se deva ao fato de a USAID — um grande financiador na África — não participar mais do grupo, está claro que os níveis atuais de financiamento do FTFG não atendem às necessidades das comunidades.

Ao mesmo tempo, a concentração de financiamento na Amazônia, Bacia do Congo e Bacia de Bornéu-Mekong-Sudeste Asiático reflete o foco especial dos doadores nas três maiores bacias de florestas tropicais do mundo. Essas áreas são sumidouros de carbono e hotspots de biodiversidade de importância global que merecem ser priorizados, mas a ênfase não deve ser colocada somente nessas bacias. Outras regiões florestais, como a Mesoamérica, recebem menos financiamento, o que as torna mal equipadas para enfrentar as crescentes pressões do desmatamento, das indústrias extrativas e dos impactos climáticos. Este é um desafio constante, e o grupo reconhece a necessidade de um melhor equilíbrio de financiamento entre ecossistemas e regiões.



Foto de Joel Redman / If Not Us Then Who

Financiamento por tema

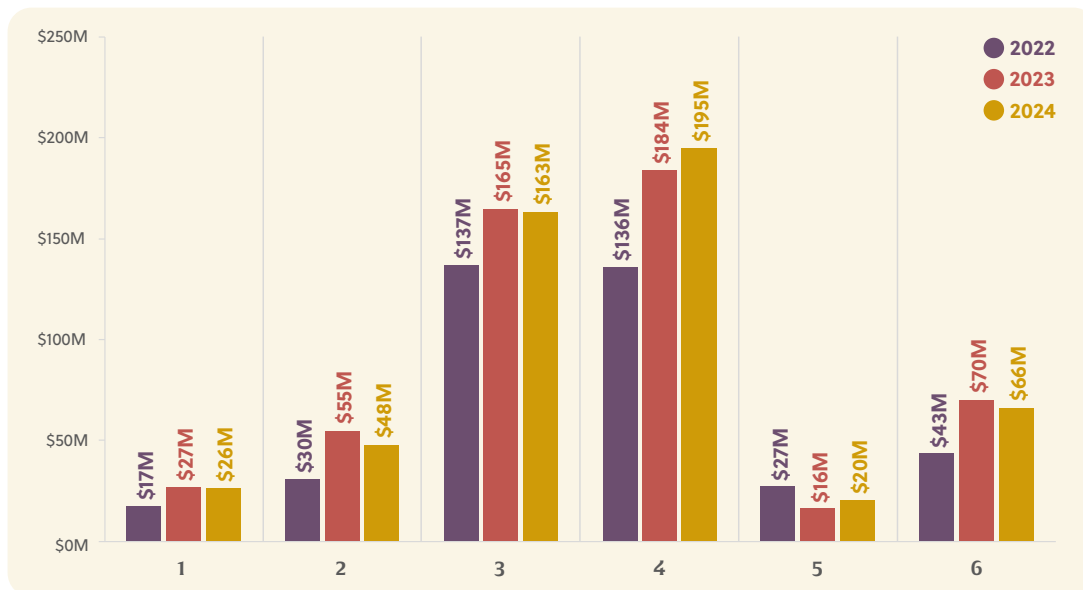
Os doadores categorizaram cada subvenção ou projeto em uma das cinco categorias temáticas ou em uma sexta categoria intitulada “outros”:³⁰

1. Apoio aos processos nacionais de reforma da posse de terras e florestas que ajudem a garantir os direitos de PIs e CLs
2. Apoio para mapear, documentar, registrar ou de outra forma afirmar ou reivindicar direitos legais à terra (reconhecimento formal de direitos)
3. Apoio para melhorar a gestão territorial, a conservação e/ou a governança ou para fortalecer a segurança da posse
4. Apoio ao manejo florestal sustentável ou outras estratégias de subsistência baseadas na floresta ou na natureza
5. Apoio à incidência política e às comunicações internacionais sobre segurança da posse, biodiversidade e mudanças climáticas
6. Outros

Em 2024, a maior parcela do financiamento continuou a apoiar a gestão territorial e o fortalecimento da segurança da posse (tema 3, 31%) e o manejo florestal sustentável e estratégias de subsistência baseadas na floresta (tema 4, 37%). Juntas, essas duas categorias representaram mais de dois terços de todo o financiamento alinhado ao Compromisso COP26, consistente com os anos anteriores.

Em comparação, o apoio aos processos de reforma da posse para ajudar a garantir os direitos de PIs e CLs (tema 1, 5%) e os processos de reconhecimento de direitos legais (tema 2, 9%) representaram parcelas menores de financiamento, embora essas áreas também sejam promovidas por meio de projetos com múltiplas prioridades temáticas. O apoio à incidência política e às comunicações internacionais sobre os direitos à terra de PIs e CLs e seu papel na conservação da biodiversidade e na mitigação das mudanças climáticas recebeu uma parcela semelhante à dos anos anteriores (tema 5, 4%). A Figura 3, abaixo, mostra a distribuição do financiamento por área temática principal.

³⁰ Alguns financiadores utilizaram a categoria “outros” para trabalhos que outros doadores classificaram por tema. Estes incluem capacitação e reforço às organizações indígenas (que outros financiadores classificaram como tema 3), apoio a pessoas defensoras da terra e do meio ambiente, apoio à promoção dos direitos territoriais dos quilombolas e programas de partilha de benefícios. Vários projetos de maior dimensão foram contabilizados como “outros” porque uma única entrada na linha de dados representava um conjunto de subvenções menores com diferentes focos temáticos.

Figura 3: Área temática primária, de 2022 a 2024³¹

1. Apoio aos processos nacionais de reforma da posse de terras e florestas que ajudem a garantir os direitos de PIs e CLs
2. Apoio para mapear, documentar, registrar ou de outra forma afirmar ou reivindicar direitos legais à terra (reconhecimento formal de direitos)
3. Apoio para melhorar a gestão territorial, a conservação e/ou a governança ou para fortalecer a segurança da posse
4. Apoio ao manejo florestal sustentável ou outras estratégias de subsistência baseadas na floresta ou na natureza
5. Apoio à incidência política e às comunicações internacionais sobre segurança da posse, biodiversidade e mudanças climáticas
6. Outros

Muitas doações promovem objetivos múltiplos. Cerca de 65% do financiamento de 2024 foi codificado com uma área temática primária e secundária. Ao examinar o foco temático secundário, a reforma da posse, o reconhecimento de direitos e temas relacionados (temas 1 e 2) representaram 28% dos fundos, em comparação com 52% para gestão territorial e meios de subsistência (temas 3 e 4) e 12% para incidência política (tema 5). Isso indica que, embora relativamente poucas doações tenham como foco principal a reforma da posse e o reconhecimento de direitos, esses temas estão frequentemente inseridos em iniciativas mais amplas.

Discussão: Tema

Como em anos anteriores, a maior parte do financiamento de 2024 priorizou a gestão territorial, a governança e os meios de subsistência (temas 3 e 4). No entanto, é importante observar que a codificação não conta toda a história, e pode subestimar o volume de trabalho sobre reforma da posse e reconhecimento formal de direitos (temas 1 e 2). Dadas as potenciais sobreposições de categorias e as perspectivas divergentes dos doadores, parte desse trabalho pode ser incluída em algumas categorias diferentes. Uma vez incluídos os temas secundários, o trabalho focado em direitos representa uma parcela substancial do financiamento (aproximadamente um quarto); isso sugere que o tema da reforma é frequentemente inserido em iniciativas territoriais e de meios de subsistência mais amplas, e não financiado como uma atividade independente.

³¹ Não há uma comparação de 2021 porque as categorias temáticas foram modificadas em 2022.

Conforme demonstrado acima, o período do Compromisso COP26 foi definido por uma abordagem dupla. A ênfase está em (1) implementação prática e liderada localmente (gestão territorial, meios de subsistência e tutela) e (2) trabalho por condições favoráveis — políticas, reconhecimento legal, sistemas administrativos — que é frequentemente realizado por meio de doações com múltiplos focos. Vários doadores também promovem a reforma da posse florestal por meio de plataformas complementares, como a Forest and Climate Leaders' Partnership [Parceria entre Líderes Florestais e Climáticos], que aprimora a governança fundiária por meio da atuação no nível político. Veja o estudo de caso sobre [a reforma da posse](#) para mais informações.

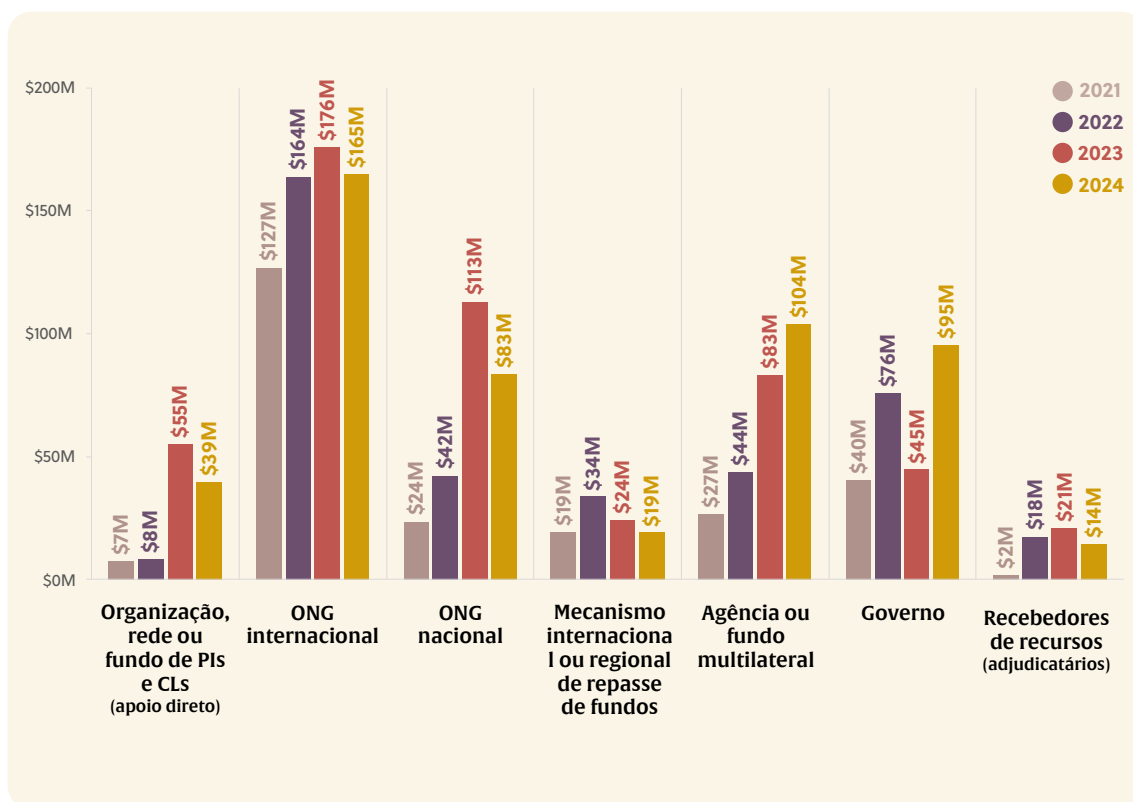


Foto de Joel Redman / If Not Us Then Who

Financiamento por parceiro de realização e apoio direto

Em 2024, quase metade do financiamento alinhado ao Compromisso COP26 foi destinado a ONGs internacionais e nacionais (32% e 16%, respectivamente). Outros 38% foram destinados a agências multilaterais e governos (20% e 18%, respectivamente).³² Cerca de 4% foram destinados a mecanismos de refinanciamento internacionais e regionais.³³ Em comparação com 2023, uma parcela maior de fundos fluiu por meio de agências multilaterais e governos, refletindo o maior peso do financiamento de doadores bilaterais em 2024. A Figura 4, abaixo, mostra a repartição do financiamento por principais parceiros de realização.

Figura 4: Principais parceiros de realização, de 2021 a 2024



32 O financiamento multilateral inclui alocações e desembolsos para agências da ONU e relatores especiais e fundos fiduciários de múltiplos doadores, incluindo CAFI, Coalizão LEAF, EnABLE e IDB Amazon Bioeconomy and Forest Management Multi Donor Trust Fund [Fundo Fiduciário de Múltiplos Doadores para Bioeconomia e Manejo Florestal da Amazônia BID] (AMDTF, sigla em inglês).

33 Algumas organizações atuam como parceiras de organizações e movimentos de PIs e CLs, fornecendo subsídios, expertise técnica e outros tipos de apoio. Como muitos doadores classificam organizações que desempenham múltiplas funções como ONGs internacionais, a parcela de financiamento para mecanismos de subsídios pode parecer menor do que é na realidade.

O financiamento direto para povos indígenas e organizações de comunidades locais atingiu **7,6% em 2024, totalizando mais de US\$ 39 milhões** — em comparação com somente 2,9% em 2021. Embora essa porcentagem tenha diminuído ligeiramente em relação a 2023, o financiamento direto filantrópico aumentou para 34% em 2024 (subindo de 27% em 2023 e 3,8% em 2021). Em contraste, o financiamento direto de doadores bilaterais foi de somente 1,6% em 2024. Apesar das variações anuais, a tendência de longo prazo é clara: o apoio direto geral aumentou em relação à linha de base.

Além do volume de financiamento, 30% das doações de 2024 foram para organizações indígenas e de comunidades locais, e 112 organizações de Pls e CLs foram relatadas como tendo recebido apoio em 2024 — um aumento em relação às 22 em 2021. Isso reflete relatórios mais detalhados de doadores, financiamento direto expandido e envolvimento mais amplo de doadores com fundos indígenas e de comunidades locais, redes regionais e globais e organizações locais que trabalham em escala comunitária.

Tabela 2: Apoio direto, de 2021 a 2024

	2021	2022	2023	2024
Percentual em financiamento direto	2.9%	2.1%	10.6%	7.6%
Percentual em financiamento direto por doadores privados	3.8%	8.5%	27%	34%
Percentual em financiamento direto por doadores bilaterais	1%	1%	4%	1.6%
Número de organizações de Pls e CLs apoiadas ³⁴	22	39	100	112

Nota: Os números de 2021 e 2022 são baseados em relatórios desagregados de um conjunto menor de membros do FTFG.

³⁴ Isto representa o número de organizações de Pls e CLs relatadas a cada ano. Embora tenha havido um claro aumento no apoio ano a ano, o salto de 2022 para 2023 parece anormalmente grande, pois um número maior de doadores do FTFG começou a relatar dados desagregados em 2023, fornecendo mais detalhes sobre organizações específicas que receberam apoio.



Foto de Joel Redman / If Not Us Then Who

Al igual que en los dos informes anteriores, el FTFG intentó calcular las diversas formas en que el financiamiento llegaba a las organizaciones de PI y CL más allá del marco del «financiamiento directo». Muchos de los grupos que recibieron financiamiento mantienen alianzas estrechas y de confianza con organizaciones de PI y CL, diseñando proyectos y propuestas conjuntamente, reasignando fondos y brindando asistencia técnica y otros tipos de apoyo. Para cuantificar este tipo de financiamiento, se solicitó a los donantes que estimaran la proporción de cada subvención que llega a los PI y las CL de formas que ellos puedan ejercer influencia o control. No todos los donantes pudieron hacerlo: se recibieron datos correspondientes a poco menos de la mitad del financiamiento total de 2024.³⁵ En 2024, los donantes estimaron que aproximadamente el 33 % (83 millones de dólares) de estos fondos llegaron o involucraron directamente a los PI y las CL. Esta información permite entender de manera más completa el impacto que se extiende más allá de la concesión directa de subvenciones.³⁶

35 Incluimos apenas dados de doadores que forneceram essas informações sobre a maioria de suas doações. Quando esses doadores não conseguiam fornecer uma estimativa para um projeto específico, o valor foi contabilizado como 0%.

36 Isso representa o financiamento que chega às organizações de PIs e CLs tanto indireta quanto diretamente. Esses valores são baseados em estimativas e devem ser considerados valores aproximados.



Foto de Jaye Renold / If Not Us Then Who

Discussão: Parceiros de realização e apoio direto

Os números de 2024 demonstram que o financiamento direto continua representando uma pequena porcentagem dos fluxos totais, mas a tendência é positiva em comparação com a linha de base de 2021. O declínio em 2023 pode ser amplamente explicado pelas variações do ciclo de financiamento plurianual e pela predominância de fundos de doadores bilaterais em 2024, que são mais frequentemente canalizados por meio de agências multilaterais e governos. Por outro lado, doadores filantrópicos aumentaram a proporção de seus fundos destinados diretamente a organizações de PIs e CLs.

A variedade de categorias de distribuição de parceiros de realização destaca que o financiamento do Compromisso COP26 chega ao local por meio de vias mistas. Os intermediários podem trazer vantagens claras: permitem compromissos maiores e plurianuais; ajudam PIs e CLs a acessar fundos nacionais alinhados com as estratégias nacionais de clima, biodiversidade e redução de emissões; e fornecem garantia fiduciária que cumpre aos requisitos dos doadores. O financiamento desembolsado por meio de agências multilaterais e governos também pode expandir o alcance de programas nacionais e reformas políticas, além de fornecer vias de financiamento para organizações de PIs e CLs por meio de subvenções e assistência técnica. No entanto, essas vias não são perfeitas: podem aumentar a distância entre parceiros e comunidades, alongar os prazos e enfraquecer a responsabilização perante os detentores de direitos, a menos que a governança seja adequadamente projetada.

Ao mesmo tempo, fundos e redes de PIs e CLs estão ampliando caminhos diretos. O aumento do financiamento filantrópico direto está vinculado a mecanismos adequados — fundos territoriais, mecanismos de subconcessão liderados por indígenas e plataformas regionais — que oferecem subsídios menores e flexíveis, além de apoio central que se adapta melhor aos cronogramas da comunidade e facilita a tomada de decisões compartilhada. Esses mecanismos frequentemente combinam fundos com o fortalecimento institucional — aprimorando a governança, a salvaguarda e os sistemas financeiros — o que é essencial para a capacidade de absorção e a elegibilidade futura para fluxos públicos maiores.

O financiamento direto não captura o panorama completo, e pedimos aos doadores do Compromisso COP26 que estimassem o volume de financiamento que chegou às organizações de PIs e CLs de maneiras que pudessem influenciar e controlar. Do financiamento de 2024, para o qual essa estimativa foi fornecida, aproximadamente um terço atendeu a esses critérios. Isso sugere que PIs e CLs podem ter níveis significativos de controle sobre o financiamento, mesmo que não recebam doações diretas formais; há enorme valor em intermediários responsáveis que incorporem a liderança indígena na tomada de decisões, publiquem critérios transparentes e repassem os recursos em tempo hábil. Alguns intermediários fizeram mudanças significativas ao estabelecer órgãos consultivos de maioria indígena ou estabelecer metas explícitas de concessão de verbas.

Os resultados de 2024 reforçam que não deve haver uma escolha binária entre financiamento direto e intermediário. Ambos continuam importantes. O principal desafio é garantir que todos os canais — seja uma agência multilateral, um programa governamental, uma ONG internacional ou um mecanismo de concessão de novas verbas — aumentem a influência e o controle das comunidades indígenas e locais. A longo prazo, a tarefa é dupla: ampliar os fundos e redes liderados por indígenas que já demonstram modelos adequados e reformar os canais intermediários para que sejam mais transparentes e responsáveis perante pessoas detentoras de direitos. Juntas, essas mudanças podem garantir que o financiamento seja escalável e controlado pela comunidade e que haja uma base mais sólida para a próxima fase do trabalho. Veja o estudo de caso sobre [abordagens inovadoras de financiamento](#) para mais detalhes.

Financiamento para mulheres e juventude de povos indígenas e comunidades locais

Embora o Compromisso da COP26 tenha reconhecido a importância de financiar mulheres e jovens e incluí-los na tomada de decisões, não estabeleceu metas específicas para tais objetivos. Para entender melhor como grupos historicamente excluídos recebem financiamento, o FTFG começou a monitorar esses indicadores no relatório de 2023 a 2024.

Em 2024, 14% do financiamento — e 18% do financiamento direto — tinham o gênero como foco principal (em contraste com 11% em 2023), enquanto outros 52% incluíam o gênero como objetivo secundário.³⁷ Isso indica que, embora relativamente poucas doações sejam focadas especificamente nos direitos e na liderança das mulheres, as considerações de gênero estão cada vez mais incorporadas aos projetos.

Em contraposição, a juventude continua recebendo atenção muito menor.³⁸ Menos de 1% do financiamento de 2024 — e cerca de 5% do financiamento direto — teve jovens como alvo principal, embora 28% dos fundos tenham incorporado jovens como foco secundário.

Esses padrões destacam tanto o progresso quanto as lacunas; um número maior de projetos integra considerações de gênero, mas a escala de financiamento dedicado continua limitada, e a inclusão de jovens ainda está em um estágio inicial.



Foto de Jaye Renold / If Not Us Then Who

37 Este método para rastrear a segmentação por gênero está alinhado com a estrutura de relatórios da OCDE, que afirma: "Uma atividade pode ter como alvo a igualdade de gênero seu 'objetivo principal' ou como um 'objetivo significativo'. Uma pontuação 'principal' (2) é atribuída se a igualdade de gênero era um objetivo explícito da atividade e fundamental para sua concepção — ou seja, a atividade não teria sido realizada sem esse objetivo. Uma pontuação 'significativa' (1) é atribuída se a igualdade de gênero era um objetivo importante, mas secundário, da atividade — ou seja, não era o principal motivo para a realização da atividade. Uma pontuação 'não direcionada' (0) é atribuída se, após ser avaliada em relação ao marcador de política de igualdade de gênero, uma atividade não visa a igualdade de gênero."

38 Como mencionado anteriormente, não há um indicador internacional para jovens; essa segmentação é baseada em estimativas individuais. Isso pode limitar a capacidade de monitorar a segmentação de jovens em projetos maiores, especialmente no caso de doadores bilaterais.

Discussão: Mulheres e juventude de povos indígenas e comunidades locais

Os dados sobre mulheres e jovens ilustram progressos modestos e destacam lacunas estruturais. Por exemplo, um estudo de 2023 constatou que somente 2% do financiamento climático lista a igualdade de gênero como foco principal.³⁹ Mulheres e jovens são frequentemente excluídos dos espaços de tomada de decisão, inclusive em relação à governança fundiária e ao financiamento relacionado ao clima. Além disso, obstáculos legais e visões patriarcais impedem as mulheres de possuir ou herdar terras, e as políticas de consulta e consentimento sobre o uso da terra frequentemente não consideram a questão de gênero.⁴⁰

Descobertas recentes da Rights and Resources Initiative [Iniciativa para os Direitos e Recursos] e da Women in Global South Alliance [Aliança Mulheres no Sul Global] (WiGSA, sigla em inglês) reforçam ainda mais essas lacunas. O orçamento mediano das organizações membros da WiGSA em 2024 foi de somente US\$ 338.000, com dois terços conseguindo operar por somente seis meses ou menos sem novos financiamentos.⁴¹ Mais da metade relatou não ter apoio básico ou flexível, e 85% dependem de subsídios de curto prazo de dois anos ou menos. Essas restrições estruturais forçam muitas organizações de mulheres a depender de trabalho



Foto de Tim Lewis / If Not Us Then Who

39 Patel et al. (2023). *Gender, climate finance and inclusive low-carbon transitions*. IIED Issue Paper. <https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/2023-09/2160IIED.pdf>

40 Veja o estudo de caso sobre os direitos das mulheres à terra para ver um exemplo de como o Compromisso COP26 está apoiando o trabalho de enfrentamento a esses obstáculos.

41 Rights and Resources Initiative and Women in Global South Alliance (2025). *Is Global Funding Reaching Indigenous, Afro-descendant, and Local Community Women? Experiences from the Women in Global South Alliance (WiGSA)*. <https://rightsandresources.org/publication/wigsa-funding-report-2025/>

voluntário, reforçando padrões de trabalho não remunerado e enfraquecendo a sustentabilidade institucional. As desigualdades são especialmente graves para as organizações de mulheres afrodescendentes, que operam com orçamentos inferiores à metade dos de suas congêneres indígenas, refletindo um ecossistema de doadores ainda cego ao racismo estrutural. Em conjunto, essas descobertas destacam os desafios persistentes para o avanço da liderança feminina e para garantir sua inclusão significativa na tomada de decisões. Financiamento de longo prazo e abordagens intersetoriais que priorizem as necessidades das organizações de mulheres são essenciais para lidar com essas desigualdades persistentes.

Uma revisão de 2024 de um subconjunto de membros do FTFG constatou que a maioria possui projetos, programas ou estratégias sensíveis ou responsivas às questões de gênero. Pouquíssimos membros possuem estratégias transformadoras de questões de gênero focadas em mudanças sistêmicas. Esses dados — e o aumento de projetos do Compromisso COP26 que listam questões de gênero como objetivo principal ou secundário — sugerem que os doadores estão integrando questões de gênero de forma mais consistente. No entanto, a parcela geral de financiamento dedicado a questões de gênero permanece limitada, e pouquíssimos projetos se concentram na liderança feminina e na igualdade de gênero. As conclusões do relatório do FTFG e outras pesquisas recentes destacam a necessidade de apoiar trabalhos transformadores que abordem as barreiras estruturais aos direitos das mulheres e à participação igualitária na tomada de decisões.

A juventude permanece ainda menos visível nos projetos relatados. Menos de 1% dos fundos de 2024 tinham a juventude como objetivo principal e, embora mais de um quarto dos projetos relatassem a juventude como foco secundário, poucos foram explicitamente concebidos para apoiar a liderança jovem. Esta é uma oportunidade perdida; jovens desempenham um papel fundamental na sustentação de práticas culturais, no avanço do conhecimento intergeracional e na mobilização para ações climáticas e de biodiversidade. É encorajador que alguns novos fundos liderados por indígenas, como o IPAS, na Ásia, tenham incorporado comitês de direção específicos para jovens, mostrando como as reformas de governança podem criar espaço para uma liderança jovem forte dentro de mecanismos de financiamento mais amplos.

Desde 2022, o grupo de trabalho sobre gênero do FTFG oferece uma plataforma para que membros compartilhem aprendizados, desenvolvam uma linguagem comum e se envolvam com organizações indígenas e de mulheres. Esse esforço coletivo ajudou a transformar a questão de gênero de um “tema transversal” em uma área de responsabilização mais explícita, inclusive na forma como os doadores relatam o financiamento e monitoram indicadores sensíveis a gênero. O grupo de trabalho fornece uma base para a construção de consenso sobre o que define o progresso, mas todos os membros devem se comprometer a garantir que o financiamento reflita toda a diversidade da liderança indígena e comunitária.

Conclusão

O FTFG está comprometido com a transparência e a responsabilização; em 2026, publicaremos outro relatório anual abrangendo o último ano de financiamento do Compromisso COP26. Os resultados deste ano confirmam que a meta de US\$ 1,7 bilhão foi atingida antes do previsto e que o apoio direto a organizações de PIs e CLs cresceu em relação à linha de base de 2021, mesmo que persistam flutuações anuais.

Ao mesmo tempo, os dados destacam desafios persistentes. Inconsistências nos relatórios entre os doadores, dependência de intermediários que podem diluir a influência de PIs e CLs e financiamento dedicado limitado para mulheres e jovens continuam sendo preocupações urgentes. Os doadores estão trabalhando para suprir essas lacunas por meio do apoio a fundos liderados por indígenas, iniciativas direcionadas a questões de gênero e melhorias na qualidade dos relatórios.

Os resultados demonstram a promessa e os desafios generalizados do Compromisso COP26. As conquistas demonstram que os compromissos coletivos dos doadores podem mobilizar novos recursos significativos e mudar práticas. No entanto, o contexto crítico — ameaças contínuas à vida, aos direitos e às terras de PIs e CLs; declínio da ajuda externa; e crescentes pressões climáticas e sobre a biodiversidade — cria uma urgência inegável. Sustentar e ampliar esses ganhos exige ambição renovada, maior responsabilização e alinhamento mais profundo com a liderança e as demandas de PIs e CLs. À medida que o Compromisso COP26 entra em seus meses finais, fica claro que grandes progressos foram alcançados — mas muito mais precisa ser feito.



Foto de Joel Redman / If Not Us Then Who

A high-angle photograph of four women in a river, each holding a large, colorful animal mask. The masks are designed to look like the heads of various animals, including a leopard, a cheetah, a spotted cat, and a tiger. The women are wearing swimsuits and are partially submerged in the water. The water is dark and reflects the surrounding environment, including the women and the masks. The overall scene suggests a cultural or festive event, possibly related to a festival or a performance.

SEÇÃO 3

Estudos de caso

Os membros do Compromisso COP26 têm orgulho de compartilhar uma coleção de estudos de caso de 2024 que destacam sucessos e demonstram progressos significativos. O impacto não pode ser atribuído exclusivamente ao Compromisso COP26, mas esses exemplos mostram o que é possível quando os membros agem com intenção e operam dentro de um ecossistema de apoio. Mais especificamente, eles demonstram como o Compromisso COP26 ajudou a catalisar e fortalecer novos mecanismos de financiamento, reformas sistêmicas, reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes, resultados de conservação e a liderança de mulheres e jovens. Em conjunto, esses estudos de caso documentam uma diversidade de estratégias e as lições que norteiam o caminho para a COP30.

Abordagens inovadoras de financiamento: A expansão do financiamento direto e adequado à finalidade

O Compromisso COP26 impulsionou uma mudança significativa e apoiou novos mecanismos de financiamento concebidos e liderados por povos indígenas, comunidades locais e povos afrodescendentes (PIs, CLs e ADs). Esses mecanismos ousados criam caminhos mais flexíveis e oportunos, que são responsáveis perante os detentores de direitos. Diversas iniciativas — a Community Land Rights and Conservation Finance Initiative [Iniciativa de Direitos à Terra Comunitária e Financiamento para Conservação] (CLARIFI, sigla em inglês) e o Indigenous Peoples of Asia Solidarity Fund [Fundo de Solidariedade dos Povos Indígenas da Ásia] (IPAS, sigla em inglês) — demonstram que os doadores estão respondendo às demandas da comunidade por acesso direto. E, ao investir em instituições governadas por e para PIs e CLs, os doadores estão ajudando a fortalecer a liderança autodeterminada e a garantir que os recursos cheguem às pessoas e aos lugares onde são mais necessários.

O Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha decidiu apoiar a CLARIFI em decorrência do objetivo do Compromisso COP26 de ampliar o acesso direto ao financiamento para PIs e CLs. A CLARIFI mobiliza fundos públicos e privados para estender recursos flexíveis diretamente a PIs, CLs e ADs. Com esse apoio, a iniciativa se concentra em cinco áreas prioritárias: fortalecer os direitos das mulheres e de grupos vulneráveis; aumentar a participação na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas; promover os direitos de posse; facilitar o diálogo e a participação na tomada de decisões; e garantir a repartição equitativa de benefícios.



Foto de Jaye Renold / If Not Us Then Who

Até o momento, o financiamento do Ministério Alemão para Cooperação e Desenvolvimento Econômico apoiou 17 projetos na América Latina, África e Ásia. Na Costa Rica, por exemplo, a ADI Nairi Awari fortaleceu grupos de mulheres e guardiões florestais em cinco territórios indígenas; expandiu a Rede Indígena Bribri e Cabécar (RIBCA, sigla em espanhol); e criou novos espaços para a conservação de sementes e o planejamento estratégico feminino. Em Camarões, a REFACOF reforçou sua liderança continental em direitos de posse florestal das mulheres. E no Nepal, a CIPRED promove o reconhecimento formal das instituições tradicionais e dos sistemas de posse das comunidades indígenas em áreas de conservação e parques nacionais.

Na Ásia, a Good Energies e a Fundação Ford apoiaram o IPAS, um mecanismo indígena que fortalece o acesso a financiamento e a governança autodeterminada. Lançado em 2023, o Fundo atua em 13 países asiáticos e fomenta a solidariedade entre os 300 milhões de povos indígenas do continente. Em 2024, o IPAS desembolsou 21 subsídios em seis países, totalizando US\$ 125 mil. Esses subsídios abrangeram desde organizações de base de povos indígenas a iniciativas de nível subnacional e nacional, passando por fundos de solidariedade emergencial para comunidades que enfrentam desastres ou riscos enquanto defendem seus direitos. Os beneficiários foram selecionados por nove comitês diretivos nacionais e três comitês setoriais representando indígenas, especificamente jovens mulheres e pessoas com deficiência. Além da concessão de subsídios, o IPAS realizou a primeira grande pesquisa regional de base sobre as realidades operacionais e as situações de financiamento de organizações indígenas, analisando 433 organizações em 12 países. As descobertas revelaram lacunas gritantes: 45% não tinham funcionários remunerados, mas dependiam exclusivamente de trabalho voluntário, e quase 80% relataram que seu financiamento atual era “insuficiente” ou “muito insuficiente”, o que significava que não conseguiam atender às suas necessidades e prioridades mais importantes. Coletivamente, as organizações estimaram uma necessidade anual não atendida de mais de US\$ 43 milhões para garantir direitos; fortalecer a governança; empoderar mulheres, jovens e pessoas com deficiência; e buscar a conservação da biodiversidade e a ação climática. Essas descobertas reforçam as dos

relatórios anuais do FTFG, que consistentemente sinalizam que a região da Ásia-Pacífico continua a receber níveis de financiamento desproporcionalmente baixos, apesar de abrigar dois terços dos povos indígenas do mundo. Novos mecanismos de financiamento, como o IPAS e o Fundo Nusantara, são essenciais para abordar essa lacuna gritante.

Os doadores podem apoiar um ecossistema de financiamento mais sustentável e eficaz investindo no fortalecimento institucional e na aprendizagem entre pares. A Fundação Ford apoiou um pacote personalizado de recursos para fundos emergentes para comunidades indígenas e locais. Este programa aprimora a governança, a responsabilização e os sistemas de aprendizagem e financeiros, garantindo que mecanismos emergentes como o IPAS tenham a capacidade e a resiliência necessárias para gerir recursos crescentes. Essa estrutura financeira e organizacional é fundamental para a criação de um ecossistema de fundos próspero que possa fornecer recursos de forma eficaz e sustentável.

Como demonstram esses exemplos, o Compromisso COP26 não somente mobilizou novos compromissos financeiros, mas também reformulou a movimentação de recursos. Mecanismos como o CLARIFI e o IPAS estão comprovando que o financiamento direto e adequado é positivo e eficaz, enquanto os investimentos de doadores no fortalecimento institucional ajudam a garantir sua durabilidade. O desafio atual é dimensionar essas abordagens, incorporá-las a sistemas de financiamento mais amplos e garantir que as comunidades tenham influência e controle duradouros sobre os recursos destinados a apoiar sua administração. Ao fazê-lo, o Compromisso COP26 pode deixar um legado de financiamento mais equitativo e responsável, que perdure muito além de seu horizonte de cinco anos.



Foto de Jaye Renold / If Not Us Then Who

Reforma da posse florestal: Alinhamento do apoio direto às políticas e parcerias

O Compromisso COP26 pede maior apoio a PIs e CLs que trabalham para proteger e gerir seus territórios e obter o reconhecimento da posse. Mas também enfatiza que esse trabalho não terá impacto a menos que seja acompanhado por reformas mais amplas que promovam a segurança da posse. Para isso, alguns doadores apoiam o trabalho para promover leis, políticas e sistemas nacionais e locais de posse de terras e florestas, inclusive por meio de parcerias com governos de países com florestas tropicais; a Forest and Climate Leaders Partnership [Parceria de Líderes Florestais e Climáticos] (FCLP, sigla em inglês) facilita essa colaboração. Essas iniciativas de reforma da posse ajudam a promover os direitos de posse de PIs e CLs em novas estruturas políticas e garantem que PIs e CLs sejam consultados à medida que as reformas são desenvolvidas. Várias reformas políticas nacionais importantes avançaram significativamente no reconhecimento dos direitos de posse. Entre elas, uma lei de 2022 sobre os direitos dos povos indígenas na República Democrática do Congo e a criação de Entidades Territoriais Indígenas (ITEs, sigla em inglês) na Amazônia Colombiana.

O Reino Unido é um doador do FTFG que defende o trabalho de reforma da posse florestal utilizando múltiplos pontos de entrada complementares. Além de fornecer apoio direto a organizações de PIs e CLs, o Reino Unido trabalha para catalisar mudanças sistêmicas em nível nacional por meio de programação e trabalho com políticas públicas. Em 2024, por exemplo, o Reino Unido lançou o Land Facility, um novo programa global que faz parcerias com governos para acelerar o progresso em sistemas e processos robustos de governança fundiária e aumentar o reconhecimento formal e a proteção dos direitos de posse da terra.

O Land Facility concluiu recentemente um projeto na região da Bacia do Congo e está explorando parcerias colaborativas com governos de países com florestas — incluindo Brasil, Indonésia, Zâmbia e Colômbia — para desenvolver e implementar uma reforma progressiva da governança fundiária. As atividades potenciais estão focadas em melhorar a segurança da posse para PIs e CLs; elas incluem a melhoria da qualidade dos sistemas cadastrais para mapear e registrar territórios e expandir a inclusão de PIs e CLs, incluindo mulheres e outras pessoas historicamente excluídas dos espaços de tomada de decisão, nos processos nacionais de reforma. O Reino Unido coordena e colabora com organizações parceiras nacionais e locais para garantir que as reformas que elas apoiam elevem as atividades e demandas das organizações de PIs e CLs.

Apoio à pauta de justiça climática dos povos afrodescendentes

Quase uma em cada quatro pessoas na América Latina se identifica como afrodescendente. Muitas das comunidades afrodescendentes da região — dos quilombolas do Brasil aos afrodescendentes mexicanos — têm um forte legado de manejo florestal e territorial. Ainda assim, elas continuam a enfrentar o racismo sistêmico que há muito tempo invisibiliza sua cultura, tradições e conhecimento coletivo, todos vitais para a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. Tradições de manejo e profunda conexão com a natureza mantêm o desmatamento em territórios afrodescendentes até 55% menor do que em outros locais próximos, de acordo com [pesquisa](#) publicada em 2025. Muitas terras de comunidades afrodescendentes também estão entre os 5% com maior biodiversidade global.

Apesar da presença histórica das comunidades afrodescendentes em mais de 32,7 milhões de hectares de terra, somente cerca de 24% de seus territórios coletivos foram formalmente reconhecidos. Inspirada pela inovadora Lei 70 da Colômbia, de 1993, uma importante legislação regional ajudou a criar caminhos legais para a titulação coletiva de terras, mas o processo é lento e a aplicação pode ser inconsistente. Sem a posse segura da terra, as comunidades enfrentam ameaças crescentes de deslocamento e violência devido à mineração, ao desmatamento ilegal e a outras indústrias extrativas que operam sem seu consentimento. No Brasil, 40% dos territórios quilombolas estão localizados na zona de impacto de projetos de transição energética, incluindo fazendas de energia e aumento da mineração de minerais para energia renovável. Quando as comunidades quilombolas defendem seus territórios, os resultados costumam ser fatais: um número desproporcional de pessoas defensoras da terra e do meio ambiente [assassinadas](#) em 2023 eram afrodescendentes.

A Fundação Ford apoia diversas organizações que promovem os direitos territoriais coletivos e a proteção das comunidades afrodescendentes da América Latina. Isso inclui:

- › Apoio direto a organizações afrodescendentes e quilombolas que trabalham para proteger seus territórios; os parceiros incluem Malungu no Brasil, ASOM na Colômbia e OFRANEH em Honduras.
- › Subsídios para atividades jurídicas e de comunicação por organizações como a Movilizadorio e apoio a comunicadores quilombolas para desenvolver uma rádio online nacional indígena e quilombola sobre justiça climática.
- › Promoção do direito dos afrodescendentes à consulta sobre direitos à terra, mineração e transições energéticas por meio do Observatório de Protocolos de Consulta Comunitária.
- › Mapeamento do impacto de projetos de energia em territórios indígenas e quilombolas por meio de trabalhos realizados no World Resources Institute e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



Foto de Joel Redman / If Not Us Then Who

Até recentemente, as contribuições significativas dos afrodescendentes para a mitigação do clima e a conservação da biodiversidade não eram reconhecidas internacionalmente. Depois que comunidades afrodescendentes territoriais e quilombolas passaram décadas engajadas em organização coletiva, pesquisa e incidência política, isso começou a mudar. Na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP16) em 2024, em Cali, Colômbia, líderes globais anunciaram marcos significativos. Os afrodescendentes receberam **reconhecimento** formal por suas contribuições essenciais para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). E um **acordo** histórico, comprometendo-se a estabelecer um órgão para incluir povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais nas decisões estratégicas de proteção da biodiversidade, foi anunciado.

Esse reconhecimento, há muito esperado, deveu-se em grande parte a organizações beneficiárias da Ford, como a PCN, na Colômbia, e a CONAQ, no Brasil, e a organizações de 16 países que formam a Coalizão Internacional de Territórios e Povos Afrodescendentes na América Latina e no Caribe (CITAFRO). Além de garantir que suas contribuições para a justiça climática sejam reconhecidas, a CITAFRO defende que os países da América Latina e do Caribe incluam a proteção territorial das comunidades afrodescendentes nas Contribuições Nacionalmente Determinadas. A inclusão nesses planos oficiais de ação climática ajudaria a garantir que as comunidades estejam no centro das discussões climáticas cruciais.

Esses são passos importantes, mas há muito mais a ser feito. Como o termo “povos afrodescendentes” não está formalmente incluído nas estruturas internacionais da ONU, os esforços comunitários para acessar financiamento climático e proteções legais internacionais são restritos. As comunidades agora aguardam a conferência climática da ONU (COP30) de novembro de 2025 — que será realizada na Amazônia pela primeira vez — para ampliar sua visibilidade e garantir maior apoio.

Promoção dos direitos territoriais das mulheres

As mulheres representam mais da metade dos 2,5 bilhões de pessoas que dependem de terras comuns para sua subsistência. Apesar de seu papel central na sustentação de economias baseadas na terra e no bem-estar comunitário, somente um em cada cinco proprietários de terras é mulher. As mulheres também enfrentam ameaças desproporcionais aos seus direitos à terra, desde sistemas jurídicos discriminatórios até a exclusão da governança e a vulnerabilidade à desapropriação de terras.

O Fundo Filantrópico Wellspring apoia a International Land Coalition [Coalizão Internacional da Terra] (ILC, sigla em inglês) desde 2012. Uma aliança global de 303 organizações da sociedade civil e intergovernamentais, a ILC representa 70 milhões de pessoas em cinco regiões globais. Desde sua criação, há três décadas, ela promove a governança de terras coletivas centrada nas pessoas. Essa estratégia garante que aqueles que vivem na terra e dela dependem — agricultores, pastores, moradores da floresta, pescadores e outras populações locais — estejam no centro da tomada de decisões relacionadas à terra. A ILC também trabalha para promover a participação efetiva de populações historicamente excluídas, incluindo mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades afrodescendentes.

Um dos compromissos estratégicos da ILC é promover a igualdade de acesso aos direitos à terra para as mulheres e garantir a justiça de gênero na governança fundiária e florestal. Para operacionalizar esse compromisso, a ILC implementa uma estratégia multifacetada. Ela inclui o fortalecimento de organizações comunitárias de mulheres em 22 países; a criação de um Fundo de Direitos Fundamentais das Mulheres para a Terra, para apoiar iniciativas locais; o fomento à reforma política e à responsabilização jurídica para garantir os direitos das mulheres à terra; o aprimoramento de ferramentas e recursos para o desenvolvimento de lideranças e a defesa da comunidade; a coleta de dados desagregados por sexo para expor as disparidades quanto à propriedade da terra; e o lançamento de campanhas globais de conscientização e ação, como a iniciativa Stand for Her Land [Defenda a Terra Dela].

Somente em 2024, o trabalho de justiça de gênero da ILC apoiou 27 organizações lideradas por mulheres, representando 370.480 pessoas em 21 países. Os membros da ILC em 35 países integraram a igualdade de gênero às estruturas de governança fundiária, influenciando políticas e a alocação de recursos por meio de coalizões nacionais de terras. Essa defesa também levou a diversas vitórias políticas e jurídicas concretas em nível nacional. Em Uganda, os membros da ILC ajudaram a garantir títulos de propriedade para mulheres em sistemas consuetudinários; na Colômbia, mulheres afrodescendentes conquistaram o reconhecimento formal de direitos coletivos à terra por meio de ações de incidência política apoiadas pela ILC; e no Quênia, a plataforma regional da ILC facilitou reformas legais que expandiram os direitos de herança das mulheres. Esses sucessos ressaltam que esforços sustentados para garantir os direitos das mulheres à terra e a participação igualitária na governança fundiária e florestal podem produzir resultados significativos e criar economias baseadas na terra mais justas e sustentáveis.

Concessões florestais comunitárias: Um modelo de gestão florestal e direitos comunitários na República Democrática do Congo

Na República Democrática do Congo (RDC), PIs e CLs se beneficiam de concessões florestais comunitárias (CFCLs). Essas áreas florestais de propriedade e gestão coletiva garantem direitos territoriais locais para aldeias e comunidades e produzem resultados claros de conservação. A Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad) trabalha com diversos parceiros — Rainforest Foundation Norway (RFN), Rainforest Foundation UK (RFUK), Wildlife Conservation Society e Caritas, entre outros — para estabelecer e implementar CFCLs. Essa colaboração apoia iniciativas para mapear paisagens, promover aplicações de direitos territoriais e colaborar com comunidades locais e povos indígenas para desenvolver planos de sustentabilidade.

De 2021 a 2024, o apoio da RFUK ajudou a estabelecer nove novas CFCLs, que conservaram 1.270 km² de floresta de alto valor biológico. O projeto alcançou quase 28 mil pessoas que vivem em florestas comunitárias. A RFUK também atuou como organizadora; em 2024, a organização coordenou reuniões provinciais, que apoiaram as políticas governamentais de CFCL, construindo consenso e promovendo exemplos de sucesso entre as partes interessadas locais, provinciais e nacionais. A RFN também trabalhou para formalizar as CFCLs e conduziu trabalhos preparatórios com 148 novas comunidades para avançar nesse processo.

Além de facilitar o estabelecimento de CFCLs, os parceiros da Norad também promoveram a gestão sustentável de florestas e terras liderada pela comunidade. Em 2024, a RFUK capacitou 1.300 pessoas em gestão sustentável de recursos, incluindo técnicas agroflorestais. Da mesma forma, em 2024, a Caritas apoiou parceiros na melhoria dos direitos e meios de subsistência de PIs e CLs na província de Kivu do Sul. Apesar da situação de segurança instável, a Caritas capacitou 375 agricultores em agrofloresta e como estabelecer e manter viveiros para reflorestamento. Culturas lucrativas — dendezeiros, abacateiros e cafeeiros — foram cultivadas, e três viveiros foram estabelecidos.

A Norad e seus parceiros ajudaram a garantir direitos formais à terra para comunidades na RDC e apoiaram a gestão e o uso sustentáveis das florestas, produzindo benefícios claros para a conservação, apoiando os direitos das comunidades e melhorando seus meios de subsistência.

APÊNDICE 1

Metodologia

Foi solicitado a cada signatário do Compromisso COP26 que fornecesse uma lista de financiamentos alinhados ao Compromisso COP26 para o ano civil de 2024, compilada e codificada em um formato comum.⁴² Os doadores calcularam o financiamento das subvenções usando seus próprios sistemas de relatórios e, sempre que possível, enviaram dados desagregados por geografia, áreas temáticas primárias e secundárias e mecanismos de financiamento.⁴³

Nos casos em que o financiamento para um determinado projeto ou subvenção não estava totalmente alinhado com o Compromisso COP26, os doadores estimaram a porcentagem relevante. Os doadores relataram as contribuições do Compromisso COP26 em suas próprias moedas e as converteram para dólares americanos, usando a taxa de conversão média anual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, sigla em francês). Todos os valores relatados estão em dólares americanos, salvo indicação em contrário.

O financiamento direto e a responsabilização dos intermediários são o foco de nossas conversas e relatórios. Sabemos, com certeza, que o financiamento direto é limitado, mas não há um acordo claro sobre a fronteira entre “direto” e “indireto”; quantificar o financiamento direto requer interpretações subjetivas tanto por parte dos doadores quanto de PIs e CLs. Para melhor estimar um valor de financiamento direto, utilizamos um indicador de financiamento direto e indicadores adicionais para monitorar o uso do financiamento do Compromisso COP26. Monitoramos o número de organizações de PIs e CLs que receberam financiamento alinhado ao Compromisso COP26 e o montante de financiamento alinhado ao Compromisso COP26 que, em última análise, chega às organizações de PIs e CLs — inclusive por meio de parceiros e intermediários confiáveis — de maneiras que elas possam influenciar e controlar. Juntos, esses números forneceram uma imagem mais clara do cenário de financiamento.



Foto de Kynan Tegar / If Not Us Then Who

42 As propostas também incluíram financiamento alinhado com o Compromisso para 2021-2023 que não havia sido relatado anteriormente, bem como um pequeno número de ajustes refletindo alterações adicionais ao financiamento de subsídios anteriores.

43 Nem todos os signatários conseguem relatar o progresso do seu financiamento com este nível de detalhe. As políticas dos doadores variam: alguns signatários relatam um único valor de financiamento ou valores por programa em vez de valores de doações individuais.

QUADRO 4

Principais definições

As seguintes definições acompanham o modelo anual de relatório de dados do FTFG.

Percentual alinhado ao compromisso:

proporção do valor total da subvenção ou do projeto que se alinha com os critérios do Compromisso COP26: todo financiamento para trabalhos que apoiem o avanço dos direitos de posse de terra e tutela florestal de povos indígenas e comunidades locais em países elegíveis para a AOD.

Apoio direto:

financiamento alinhado com a estrutura de Paris para o monitoramento de fundos e transferido diretamente dos doadores para:

- › Instituições representativas de povos indígenas
- › Instituições ou mecanismos de financiamento estabelecidos por povos indígenas para a concretização de seus direitos
- › Patrocinadores fiscais ou instituições que povos indígenas selecionaram para receber fundos em seu nome

Instituições representativas de povos indígenas:

conforme definido no Marco de Paris para o monitoramento de fundos, estas são “instituições com o mandato de representar uma ou mais comunidades ou povos indígenas por meio de um processo realizado por elas mesmas”. (Ver UNDRIP, Artigo 18).

Percentual que alcança PIs e CLs de maneiras que eles possam influenciar e controlar:

a porcentagem de financiamento que está alinhada ao Compromisso COP26 e alcança PIs e CLs, indireta ou diretamente, de maneiras que possam influenciar e sobre as quais têm propriedade. Isso inclui tanto o financiamento direto a uma organização de PIs ou CLs quanto o financiamento indireto por meio de novas concessões e parcerias estreitas que conferem a PIs e CLs um papel relevante na concepção do projeto.

Tipo de principal parceiro de realização:

a organização que mantém o acordo de financiamento com o doador. As categorias são:

1. Organização, rede ou fundo de PIs e CLs (apoio direto)
2. ONG internacional
3. ONG nacional
4. Mecanismo internacional ou regional de repasse de fundos
5. Agência ou fundo multilateral
6. Governo
7. Recebedores de recursos (adjudicatários)

QUADRO 4 (cont.)

Observação sobre o patrocinador fiscal: Quando povos indígenas selecionam um patrocinador fiscal para receber fundos em seu nome, isso é considerado apoio direto. A organização beneficiária/patrocinada pretendida deve ser selecionada como parceira de realização.

Segmentação de gênero e jovens:

as metas de gênero seguem o marcador de política da OCDE: “Uma atividade pode ter como alvo a igualdade de gênero seu ‘objetivo principal’ ou como um ‘objetivo significativo’. Uma pontuação ‘principal’ (2) é atribuída se a igualdade de gênero era um objetivo explícito da atividade e fundamental para sua concepção — ou seja, a atividade não teria sido realizada sem esse objetivo. Uma pontuação ‘significativa’ (1) é atribuída se a igualdade de gênero era um objetivo importante, mas secundário, da atividade — ou seja, não era o principal motivo para realizar a atividade. Uma pontuação ‘não direcionada’ (0) é atribuída se, após ser avaliada em relação ao marcador de política de igualdade de gênero, uma atividade não visa a igualdade de gênero.” Não existem marcadores de políticas para jovens, mas usamos a mesma estrutura para avaliar a segmentação de jovens e pedimos às organizações que pontuem suas próprias atividades.

Devido ao seu estreito alinhamento com outras iniciativas, os relatórios do Compromisso COP26 podem se sobrepor a fundos de outros compromissos. A primeira redundância advém das conexões entre o Compromisso sobre a Posse Florestal de Pls e CLs e o Global Forest Finance Pledge [Compromisso Financeiro Global para as Florestas] (GFFP, sigla em inglês) e o Compromisso da Bacia do Congo (CBP, sigla em inglês), que são os outros dois Compromissos de Glasgow. Esses compromissos compartilham vários signatários, e todos reconhecem que Pls e CLs têm um papel fundamental na proteção e gestão das florestas. Quando o financiamento prometido pelos doadores no âmbito do GFFP ou do CBP também contribui para os objetivos do Compromisso de Pls e CLs, esse financiamento pode ser relatado sob diversos compromissos. Como o GFFP, o CBP e o Compromisso COP26 de Pls e CLs têm diferentes cronogramas de relatórios anuais para 2024, os valores de sobreposição ainda não estão disponíveis. Esses valores serão detalhados nos próximos relatórios do GFFP e do CBP. Um segundo risco de “dupla contagem” pode ocorrer porque vários signatários do Compromisso COP26 atuam como intermediários que recebem fundos de outros signatários do Compromisso COP26.⁴⁴ Verificamos que cada doador que recebeu fundos de outro membro do FTFG excluiu esse financiamento de seus relatórios de 2024.

Traduzimos este documento usando sempre que possível uma linguagem inclusiva e neutra em termos de gênero. Nos casos em que isso não pôde ser feito sem comprometer a clareza ou a gramática, seguimos as regras gramaticais padrão e usamos o plural masculino.

⁴⁴ Os signatários do compromisso são doadores principais; quatro membros do POP, que assinaram o compromisso como um grupo, são exceções a essa regra.